

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 90005/2025**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - UASG: 090031****(Processo Administrativo n.º 0002183-40.2025.4.05.7000)**

Torna-se público que o **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, por meio do Núcleo de Aquisições e Contratações - NAC, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso **II**, nos termos da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n° 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 12/03/2025

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fomecedor>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00

Fone: 81-3425-9130 / 9353

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de seguro total (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 46 (quarenta e seis) veículos que compõem a frota de veículos oficiais do TRF da 5ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. A contratação será por **POR LOTE ÚNICO** e ocorrerá conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD. TOTAL	CÓDIGO CATMAT/ CATSER	Preço total ANUAL R\$	Prazo de Entrega
1	Seguro total (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 46 (quarenta e seis) veículos que compõem a frota de veículos oficiais do TRF da 5ª Região	46	214933	45.028,22	Conforme Termo de Referência

1.3. DETALHAMENTO DO LOTE ÚNICO:

Item	MARCA	MODELO	ANO	MOD	PLACA	CHASSI	COMB.
1	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E74	8AGBB69S0NR118650	FLEX
2	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E04	8AGBB69S0NR119381	FLEX
3	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5D24	8AGBB69S0NR119383	FLEX
4	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5C54	8AGBB69S0NR118596	FLEX
5	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J84	8AGBB69S0NR119380	FLEX
6	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5B74	8AGBB69S0NR118461	FLEX
7	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H94	8AGBB69S0NR118746	FLEX
8	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J34	8AGBB69S0NR118600	FLEX
9	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4I44	8AGBB69S0NR118197	FLEX
10	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G04	8AGBB69S0NR118196	FLEX
11	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4E94	8AGBB69S0NR118163	FLEX
12	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H14	8AGBB69S0NR118152	FLEX
13	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H44	8AGBB69S0NR118710	FLEX

14	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G74	8AGBB69S0NR119539	FLEX
15	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E44	8AGBB69S0NR119382	FLEX
16	JEEP	COMMANDER LIMITED 2.0 TD380 4X4 AUT	2023	2023	SNV-5E14	988671149PKN40548	DIESEL
17	PEUGEOT	EXPERT FURGÃO CARGO 1.5 BLUE-HDI	2023	2024	SNV-6H27	9V8VBYHVERA003539	DIESEL
18	TOYOTA	COROLLA BLINDADO	2016	2017	PGX-2101	9BRBDWHE9H0337898	FLEX
19	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4132	3N1BB7AD9GY206322	FLEX
20	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4362	3N1BB7ADXGY205826	FLEX
21	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4312	3N1BB7AD6GY206200	FLEX
22	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4382	3N1BB7AD7GY206299	FLEX
23	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-3532	3N1BB7AD2GY206436	FLEX
24	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-3622	3N1BB7AD4GY207121	FLEX
25	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4332	3N1BB7AD6GY206164	FLEX
26	FORD	CAMINHÃO	2006	2006	HYQ-7641	9BFVCE1N76BB69037	DIESEL
27	CITROEN	JUMPER16P	2015	2015	PCA-8642	935ZCWMNCF2147117	DIESEL
28	CITROEN	JUMPER16P	2015	2015	PCA-8472	935ZCWMNCF2147162	DIESEL
29	FIAT	DOBLÔ	2011	2012	PEI-3966	9BD119707C1081644	FLEX
30	MARCOPOLO	W9	2015	2015	PED-0272	93PB40N31FC056441	DIESEL
31	GM	ÔMEGA	2008	2009	JGL-0811	6G1EL557X9L159874	GASOLINA
32	GM	TRAILBLAZER	2018	2019	PCA-9826	9BG156MK0KC427371	DIESEL
33	TOYOTA	COROLLA BLINDADO	2023	2023	SNK-9I00	9BRB33BE6P2149286	FLEX
34	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I22	9BRB33BE0R2180097	FLEX
35	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H72	9BRB33BEXR2180205	FLEX
36	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H92	9BRB33BE6R2180217	FLEX
37	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I42	9BRB33BE2R2180196	FLEX
38	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I52	9BRB33BE0R2180231	FLEX
39	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I72	9BRB33BE5R2180306	FLEX
40	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H52	9BRB33BE2R2180294	FLEX
41	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I32	9BRB33BE5R2180225	FLEX
42	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I12	9BRB33BE2R2180277	FLEX
43	CHEVROLET	GM TRACKER	2024	2025	SOM-	9BGEP76B0SB141950	FLEX

					9A14		
44	FIAT	PALIO	2011	2012	PEI-3886	9BD17307MC4366069	FLEX
45	FIAT	PALIO	2011	2012	PEI-3996	9BD17307MC4366054	FLEX
46	CHEVROLET	S10	2010	2011	HNT-6442	9BG124HP0BC438982	DIESEL

- 1.4. O valor total máximo do lote/grupo é de R\$ 45.028,22 (Quarenta e cinco mil e vinte e oito reais e vinte e dois centavos).
- 1.5. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.6. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.7. Em caso de divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas no Sistema SIASG do portal Comprasgovernamentais e as descritas neste Aviso e seus anexos, prevalecerão **as especificações deste AVISO**.
- 1.8. AS DESCRIÇÕES DOS OBJETOS A SEREM CONSIDERADAS ESTÃO NESTE AVISO E NO TERMO DE REFERÊNCIA. As descrições contidas no sistema SIASG serviram apenas para cadastramentos dos itens.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado atômica e imediatamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
 - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
 - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

- 3.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7o, XXXIII, da Constituição.
- 3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
 - 3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso;
 - 3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
 - 3.9.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema;
 - 3.9.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE/GRUPO.

- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo de Real).**
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

- 5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 5.8.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
 - 5.8.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;
 - 5.8.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO II** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - (a) SICAF;
 - (b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

(c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

(d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12,846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Na hipótese da contratada não entregar / executar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de **1% (um por cento) por dia**, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) A partir do 10º (décimo) dia de atraso, a contratante poderá recusar o objeto contratado, ocasião em que será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança;
- d) Em caso de recusa do objeto contratado, aplicar-se-á multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação. Entende-se como configurada a recusa, além do descumprimento do prazo acima estabelecido, as hipóteses em que a contratada não apresentar situação regular conforme exigências;
- e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor / adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
 - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 9.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 9.13.2. ANEXO II

Recife, 07 de março de 2025.

GILVAN SANTOS DE ALMEIDA

Núcleo de Aquisições e Contratações



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA	ANEXO	DATA
Dispensa de Licitação (art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)	Número/Ano - Sigla da Unidade Técnica		21/02/2025
DEMANDA: Contratação de SEGURO TOTAL (cobertura compreensiva), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, de 46 (quarenta e seis) veículos que compõem a frota de veículos oficiais do TRF da 5ª Região.			
PROCESSO SEI:	0002183.40.2025.4.05.7000	FORMULÁRIO E-COMPRAS:	3959

	JUSTIFICATIVA
1	<p>A necessidade inicial de contratação de seguro veicular, neste caso específico, tem origem na aquisição do veículo GM Tracker (SOM9A14), por meio do processo 0004973-31.2024.4.05.7000.</p> <p>Não obstante a vigência de duas apólices de seguro veicular em nome deste TRF, referidos contratos não mais admitem a alteração quantitativa para acrescer o veículo recém-adquirido, tendo em vista que o limite de 25% previsto no Art. 125, da Lei 14.133 já foi integralmente utilizado por este tribunal para fazer face a aquisições anteriores.</p> <p>Ademais, esta Seção aguarda a entrega de dois outros veículos, modelo Fiat Fastback, adquiridos por meio do processo 0004971-61.2024.4.05.7000, os quais também demandarão contratação de processo de seguro.</p> <p>Convém mencionar que multiplicidade de contratos de seguro veicular dificulta a gestão dos contratos e compromete a eficiência. Em acréscimo, impende destacar que a unificação de toda a frota de veículos em um único processo de seguro traz a legítima expectativa de melhores propostas de preços, considerando a economia de escala gerada pela reunião de toda a frota de veículos oficiais em um único contrato.</p> <p>A despeito dos valores que já foram pagos nas contratações vigentes, existe previsão de reembolso proporcional à supressão parcial do período inicialmente contratado.</p> <p>Vale destacar que a unificação de toda a frota em um só processo nos fornece uma nova margem de 25%, facilitando o acréscimo de novos veículos no mesmo contrato, já prevenindo a celeridade no processo de securitização de novos veículos a serem adquiridos nos próximos exercícios.</p>

2	OBJETO																																																																																																																																
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº</th> <th>MARCA</th> <th>MODELO</th> <th>ANO</th> <th>MOD</th> <th>PLACA</th> <th>CHASSI</th> <th>COMB.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5E74</td><td>8AGBB69S0NR118650</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>2</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5E04</td><td>8AGBB69S0NR119381</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>3</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5D24</td><td>8AGBB69S0NR119383</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>4</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5C54</td><td>8AGBB69S0NR118596</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>5</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4J84</td><td>8AGBB69S0NR119380</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>6</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5B74</td><td>8AGBB69S0NR118461</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>7</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4H94</td><td>8AGBB69S0NR118746</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>8</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4J34</td><td>8AGBB69S0NR118600</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>9</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4I44</td><td>8AGBB69S0NR118197</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>10</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4G04</td><td>8AGBB69S0NR118196</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>11</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4E94</td><td>8AGBB69S0NR118163</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>12</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4H14</td><td>8AGBB69S0NR118152</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>13</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4H44</td><td>8AGBB69S0NR118710</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>14</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-4G74</td><td>8AGBB69S0NR119539</td><td>FLEX</td></tr> <tr><td>15</td><td>CHEVROLET</td><td>CRUZE LT NB AT</td><td>2022</td><td>2022</td><td>RZM-5E44</td><td>8AGBB69S0NR119382</td><td>FLEX</td></tr> </tbody> </table>	Nº	MARCA	MODELO	ANO	MOD	PLACA	CHASSI	COMB.	1	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E74	8AGBB69S0NR118650	FLEX	2	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E04	8AGBB69S0NR119381	FLEX	3	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5D24	8AGBB69S0NR119383	FLEX	4	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5C54	8AGBB69S0NR118596	FLEX	5	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J84	8AGBB69S0NR119380	FLEX	6	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5B74	8AGBB69S0NR118461	FLEX	7	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H94	8AGBB69S0NR118746	FLEX	8	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J34	8AGBB69S0NR118600	FLEX	9	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4I44	8AGBB69S0NR118197	FLEX	10	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G04	8AGBB69S0NR118196	FLEX	11	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4E94	8AGBB69S0NR118163	FLEX	12	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H14	8AGBB69S0NR118152	FLEX	13	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H44	8AGBB69S0NR118710	FLEX	14	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G74	8AGBB69S0NR119539	FLEX	15	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E44	8AGBB69S0NR119382	FLEX
Nº	MARCA	MODELO	ANO	MOD	PLACA	CHASSI	COMB.																																																																																																																										
1	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E74	8AGBB69S0NR118650	FLEX																																																																																																																										
2	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E04	8AGBB69S0NR119381	FLEX																																																																																																																										
3	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5D24	8AGBB69S0NR119383	FLEX																																																																																																																										
4	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5C54	8AGBB69S0NR118596	FLEX																																																																																																																										
5	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J84	8AGBB69S0NR119380	FLEX																																																																																																																										
6	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5B74	8AGBB69S0NR118461	FLEX																																																																																																																										
7	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H94	8AGBB69S0NR118746	FLEX																																																																																																																										
8	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4J34	8AGBB69S0NR118600	FLEX																																																																																																																										
9	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4I44	8AGBB69S0NR118197	FLEX																																																																																																																										
10	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G04	8AGBB69S0NR118196	FLEX																																																																																																																										
11	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4E94	8AGBB69S0NR118163	FLEX																																																																																																																										
12	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H14	8AGBB69S0NR118152	FLEX																																																																																																																										
13	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4H44	8AGBB69S0NR118710	FLEX																																																																																																																										
14	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-4G74	8AGBB69S0NR119539	FLEX																																																																																																																										
15	CHEVROLET	CRUZE LT NB AT	2022	2022	RZM-5E44	8AGBB69S0NR119382	FLEX																																																																																																																										

16	JEEP	COMMANDER LIMITED 2.0 TD380 4X4 AUT	2023	2023	SNV-5E14	988671149PKN40548	DIESEL
17	PEUGEOT	EXPERT FURGÃO CARGO 1.5 BLUE-HDI	2023	2024	SNV-6H27	9V8VBYHVERA003539	DIESEL
18	TOYOTA	COROLLA BLINDADO	2016	2017	PGX-2101	9BRBDWHE9H0337898	FLEX
19	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4132	3N1BB7AD9GY206322	FLEX
20	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4362	3N1BB7ADXGY205826	FLEX
21	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4312	3N1BB7AD6GY206200	FLEX
22	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4382	3N1BB7AD7GY206299	FLEX
23	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-3532	3N1BB7AD2GY206436	FLEX
24	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-3622	3N1BB7AD4GY207121	FLEX
25	NISSAN	SENTRA	2015	2016	PDW-4332	3N1BB7AD6GY206164	FLEX
26	FORD	CAMINHÃO	2006	2006	HYQ-7641	9BFVCE1N76BB69037	DIESEL
27	CITROEN	JUMPER16P	2015	2015	PCA-8642	935ZCWMNCF2147117	DIESEL
28	CITROEN	JUMPER16P	2015	2015	PCA-8472	935ZCWMNCF2147162	DIESEL
29	FIAT	DOBLÔ	2011	2012	PEI-3966	9BD119707C1081644	FLEX
30	MARCOPOLO	W9	2015	2015	PED-0272	93PB40N31FC056441	DIESEL
31	GM	ÔMEGA	2008	2009	JGL-0811	6G1EL557X9L159874	GASOLINA
32	GM	TRAILBLAZER	2018	2019	PCA-9826	9BG156MK0KC427371	DIESEL
33	TOYOTA	COROLLA BLINDADO	2023	2023	SNK-9I00	9BRB33BE6P2149286	FLEX
34	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I22	9BRB33BE0R2180097	FLEX
35	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H72	9BRB33BEXR2180205	FLEX
36	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H92	9BRB33BE6R2180217	FLEX
37	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I42	9BRB33BE2R2180196	FLEX
38	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I52	9BRB33BE0R2180231	FLEX
39	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I72	9BRB33BE5R2180306	FLEX
40	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9H52	9BRB33BE2R2180294	FLEX
41	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I32	9BRB33BE5R2180225	FLEX
42	TOYOTA	COROLLA	2023	2024	SNU-9I12	9BRB33BE2R2180277	FLEX
43	CHEVROLET	GM TRACKER	2024	2025	SOM-9A14	9BGEP76B0SB141950	FLEX
44	FIAT	PALIO	2011	2012	PEI-3886	9BD17307MC4366069	FLEX
45	FIAT	PALIO	2011	2012	PEI-3996	9BD17307MC4366054	FLEX
46	CHEVROLET	S10	2010	2011	HNT-6442	9BG124HP0BC438982	DIESEL

3	CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA	
	EVENTO	COBERTURA MÍNIMA
	Colisão, incêndio, roubo e furto (casco): danos parciais e totais	110% do valor de mercado, conforme tabela FIPE, observando-se ainda as demais condições definidas na observação abaixo.
	Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros	R\$ 50.000,00
	Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros	R\$ 50.000,00
	EVENTO	COBERTURA MÍNIMA
	Acidentes pessoais por passageiro (morte)	R\$ 50.000,00
	Acidentes pessoais por passageiro (invalidez total ou parcial)	R\$ 35.000,00
	Danos aos vidros	Troca e/ou reparo do pára-brisas e dos vidros laterais e traseiro
	Franquia	Normal, sendo possível estipular franquias diferenciadas, desde que não onerem o valor normal do prêmio.
	A cobertura compreenderá mais detalhadamente:	
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto; 2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado; 	

3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
4. Queda em precipícios ou pontes;
5. Queda de agentes externos sobre o veículo;
6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
7. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
8. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
9. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
12. Atos involuntários praticados por terceiros;
13. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
14. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.

DA ASSISTÊNCIA

1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.
2. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.
3. A CONTRATADA deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Seção de Transportes do TRF da 5ª Região, durante todo o período de vigência contratual.

DA APÓLICE

1. A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência:
 1. O valor da franquia obrigatória da seguradora (100%), em real e por veículo;
 2. O valor do bônus mínimo estabelecido, em classe, por veículo.
 3. Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo.
2. As apólices deverão ser entregues em parcela única, dentro do prazo especificado no item D deste Termo.

PRAZOS

4

- 4.1. O contrato terá vigência por 12 meses a contar de sua assinatura, admitidas sucessivas prorrogações pelo prazo máximo de 60 meses, a critério da administração, facultado à contratada e a seu requerimento a concessão de reajustes anuais, observado o IPCA dos últimos 12 meses.

LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA

5	NÃO SE APLICA.
6	<p>CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO</p> <p>6.1. Observado o disposto no artigo 140 da Lei Federal 14.133/21, o recebimento do objeto desta contratação realizar-se-á da seguinte forma:</p> <p>a) provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;</p> <p>b) definitivamente, até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.</p> <p>6.2. Caso insatisfatórias as condições do produto recebido provisoriamente, este será recolhido e se lavrará Termo de Recusa, o qual apontará minuciosamente os itens em desacordo com as exigências previstas.</p> <p>6.2.1. Em sendo caso de substituição do material, a contratada será notificada para substituí-lo em até 5 (cinco) dias úteis.</p> <p>6.2.2. Se a substituição não ocorrer no prazo determinado, incorrerá a contratada em atraso na entrega, sujeitando-se assim à aplicação das sanções previstas no edital.</p> <p>6.2.3. Após a notificação à contratada, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.</p> <p>6.3. Satisfeitas as exigências e condições previstas para a qualidade e quantidade do material, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por comissão ou servidor da DSI.</p> <p>6.3.1. O Termo de Recebimento Definitivo poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal.</p> <p>6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional.</p>
7	<p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p> <p>7.1. Fornecer o material dentro das especificações constantes da cotação vencedora e em conformidade com as características exigidas neste Termo de Referência, atendida a legislação pertinente em vigor, sendo vedada a adoção de soluções alternativas para a consecução do objeto, salvo expressa anuência por parte da contratante.</p> <p>7.2. Substituir ou refazer, no total ou em parte, qualquer material que se apresente com a qualidade comprometida, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação da contratante, sem qualquer custo.</p> <p>7.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que a despesa não esteja liquidada.</p> <p>7.4. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante.</p> <p>7.5. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega do objeto.</p> <p>7.6. Responsabilizar-se pela remoção de todos os materiais e embalagens utilizados na entrega do objeto.</p> <p>7.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.</p> <p>7.8. Comunicar por escrito, ao fiscal da contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.</p> <p>7.9. Atender prontamente a todas as solicitações do contratante, inclusive as reclamações a respeito da qualidade do material fornecido.</p> <p>7.10. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do material.</p> <p>7.11. Cumprir com as demais obrigações constantes deste Termo de Referência e a legislação pertinente em vigor.</p>
8	<p>OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p> <p>8.1. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta contratação, solicitando à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento no fornecimento/ execução do objeto;</p> <p>8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada,</p>

	<p>necessárias ao fornecimento/execução do objeto;</p> <p>8.3. Efetuar o pagamento mediante comprovação do fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma ajustados neste Termo de Referência;</p> <p>8.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/serviços entregues/executados em desacordo com as respectivas especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos;</p> <p>8.5. Notificar a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;</p> <p>8.6. Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência.</p>
--	---

	<p>PAGAMENTO</p> <p>Do Documento de Cobrança</p> <p>9.1. Para que o pagamento seja efetuado, a contratada apresentará documento de cobrança em que constará, de forma discriminada, a efetiva realização do objeto, o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em que o crédito será efetuado.</p> <p>9.2. A contratada apresentará também a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:</p> <p>a) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social;</p> <p>b) Certidão de regularidade com o FGTS;</p> <p>c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;</p> <p>d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;</p> <p>e) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.</p> <p>9.3. Caso a contratação seja de valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite de dispensa de licitação para compras em geral (art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21) ou, ainda, sendo a aquisição do bem para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até de 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento (art. 6º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/21), somente se exigirá da pessoa jurídica contratada a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, para a pessoa física, a certidão de quitação com a Fazenda Federal.</p> <p>9.4. O atesto do documento de cobrança pelo contratante dar-se-á apenas se não houver irregularidades no fornecimento do objeto e nos demais documentos apresentados.</p> <p>9.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela contratada na Diretoria de Segurança Institucional, localizada no mezanino do Edifício-Sede do TRF5, situado na Avenida Cais do Apolo, s/n - Edf. Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50030-908 e CNPJ 21.130.072/0001-11, sendo facultado o envio para o endereço eletrônico dsilicitacoes@trf5.jus.br.</p> <p>9.6. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, o que não configurará atraso no pagamento.</p> <p>9.7. Após o atesto do documento de cobrança, que ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento definitivo, o responsável pela fiscalização da aquisição deverá encaminhá-lo para pagamento.</p> <p>Do Pagamento</p> <p>9.8. O pagamento efetuar-se-á mediante crédito em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil após o atesto do documento de cobrança, do cumprimento da perfeita entrega do objeto e da verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada.</p> <p>9.9. O valor do pagamento será aquele apresentado no documento de cobrança, descontadas as glosas, conforme o caso.</p>
--	---

	<p>ESTIMATIVA DE PREÇOS</p> <p>O valor estimado será o preço médio do Mapa Comparativo de Preços, que será elaborado pelo Núcleo de Aquisições e Contratações - NAC/DA deste Tribunal, a partir da realização de pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.</p>
--	---

	<p>PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS</p> <p>Para efeito de proposta, a licitante deverá apresentar planilha detalhada de composição de preços para o fornecimento do material, tendo como parâmetro o modelo descrito abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição</th> <th>Unid.</th> <th>Qtde.</th> <th>Preço</th> <th>Preço</th> </tr> </thead> </table>	Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço	Preço
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço	Preço		

			Total	Unitário (R\$)	Total (R\$)
Materiais/serviços:					
01					
02					
03					
...					

Nos preços indicados na planilha de preços acima, deverão estar incluídos, além dos custos com frete e entrega, os demais custos, benefícios, encargos, tributos e contribuições relativos ao fornecimento do objeto da aquisição.

PENALIDADES	
	<p>Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações</p> <p>12.1. Na hipótese de a contratada não entregar o objeto contratado no prazo estabelecido, ficará caracterizado o atraso e ser-lhe-á aplicada multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.</p> <p>12.2. Em caso de recusa do objeto contratado, aplicar-se-á multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.</p> <p>12.2.1. A contratante poderá recusar o objeto contratado a partir do 10º (décimo) dia de atraso, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.</p> <p>12.2.2.. Também se configurará a recusa nas hipóteses em que a contratada não apresentar situação regular, conforme exigências contidas no Edital e neste Termo de Referência.</p> <p>12.3. Caso a contratada não atenda aos demais prazos e obrigações constantes neste Termo de Referência e no instrumento contratual, se houver, aplicar-se-á multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.</p> <p>12.4. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.</p> <p>Multa por Rescisão</p> <p>12.5. Nas hipóteses de rescisão unilateral, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.</p> <p>12.6. Não haverá cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje rescisão, hipótese em que será aplicada a multa de maior valor.</p> <p>12.7. A contratante poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.</p> <p>12.8. Além das penalidades supracitadas, a contratada se sujeitará ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da contratante, ao descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da lei 14.133/2021.</p> <p>12.8.1. As penalidades aplicadas à contratada serão registradas no SICAF.</p> <p>12.9. A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.</p> <p>12.10. As multas serão descontadas do pagamento a ser efetuado ou da garantia, ou cobradas administrativamente, ou ainda, quando for o caso, pela via judicial.</p> <p>12.11. A aplicação de penalidades à contratada pressuporá a prévia realização de regular processo administrativo.</p>
12	

GARANTIA (quando cabível)	
13	NÃO SE APLICA

HABILITAÇÃO	
14	14.1 Caso a contratação seja de valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite de dispensa de licitação para compras em geral (art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21) ou, ainda,

sendo a aquisição do bem para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até de 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento (art. 6º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/21), somente se exigirá da pessoa jurídica contratada a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, para a pessoa física, a certidão de quitação com a Fazenda Federal.

Habilitação Jurídica

14.2. A habilitação jurídica da contratada dar-se-á mediante a apresentação:

- a) da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;
- b) de Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, em se tratando de microempreendedor individual - MEI, hipótese em que a aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;
- d) da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis do local onde realiza suas atividades, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, em se tratando de participante sucursal, filial ou agência;
- e) da inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de sociedade simples;
- f) do decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país;
- g) da ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em se tratando de sociedade cooperativa.

14.3. O documento destinado à comprovação da habilitação jurídica deverá vir acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

14.4. A regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada será restrita à apresentação de prova da:

- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e
- e) regularidade com a fazenda estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da contratante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

14.5. Caso haja isenção do pagamento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá a contratada comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Técnica

14.6. A habilitação técnica da contratada deverá ser demonstrada por meio de:

- a) declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;
- b) prova de atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Samuel Bezerra de Freitas - Matrícula 1205

Diretor do Núcleo de Transportes - Em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL BEZERRA DE FREITAS, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 21/02/2025, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DOMINGOS SÁVIO BELFORT CAMPOS JÚNIOR, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA (AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL)**, em 21/02/2025, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4912445** e o código CRC **D4F20174**.

1. **Habilitação jurídica:**

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Técnica

- 3.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;
- 3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 3.2.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 3.3. Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (se for o caso).
- 3.4. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei:(se for o caso)

OBS.: No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega/execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento/início de serviços, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral (art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021), **somente poderá ser exigida** das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.